

Aprovem o Plano Diretor

24/07/2022

EDILSON BALDEZ DAS NEVES

A sociedade vem reclamando da morosidade com que tramita o Plano Diretor de São Luís para ser aprovado. Esse instrumento regulatório do ordenamento urbano da cidade não foi concebido para beneficiar a indústria, o comércio, o segmento de prestação de serviços, a construção civil ou o ramo imobiliário, isoladamente. Na verdade, ele é um conjunto de leis necessárias à uma cidade organizada, garantindo os interesses coletivos, a preservação da natureza, a qualidade de vida dos moradores e um ambiente confiável para a instalação da padaria ou farmácia de bairro e até grandes empreendimentos, como fábrica de cimento, para que possam alavancar o crescimento da cidade e do estado.

Por esse motivo é que a letargia na tramitação do PD dificulta a expansão socioeconômica da cidade e freia a atração de projetos e investimentos produtivos, em que o Maranhão é o destino econômico. Empaca a instalação de novas empresas pela falta de regras claras e objetivas para a realização dos negócios. Apesar de ter cumprido os trâmites legais e de ter seguido todo o rito estabelecido para promover o desenvolvimento urbano da cidade, o projeto está emperrado há muitos anos, trazendo prejuízos à população e atrasando o florescimento da cidade.

Ao longo desses anos, São Luís perdeu muitas oportunidades que, se concretizadas, poderiam ter melhorado a qualidade de vida e a renda dos seus cidadãos. Somente com a aprovação definitiva desse instrumento jurídico a cidade poderá planejar o seu futuro e se preparar para a chegada de investimentos estruturantes e multiplicadores da economia.

O projeto poderá criar vida mais digna aos habitantes da capital, ofertando mais empregos e renda para os seus moradores. Além, é claro, da instalação de um parque de negócios vigorosos, aproveitando a logística multimodal e o forte complexo portuário que tem melhor proximidade com os grandes mercados mundiais, facilitando a ampliação da sua liderança no processo econômico gerado pelos municípios que fazem parte desta promissora Ilha.

A aprovação do PD, com regras claras, poderá também oxigenar o mercado ao estabelecer segurança jurídica, redução da burocracia, celeridade na concessão dos licenciamentos e na análise dos projetos. São exigências que, uma vez transformadas em realidade, favorecem todas

as cadeias produtivas e preparam a boa convivência dos setores rural, urbano, residencial, corporativo, de preservação natural e de proteção às áreas ambientais.

São Luís tem forte representatividade na formação do PIB maranhense. Participa com 37% da nossa economia e possui 33% dos empregos gerados no Maranhão. Pela sua forte importância, os nossos legisladores precisam anuir a regulamentação urbana para que a nossa cidade possa ser um expressivo local para seus moradores e suas famílias, e concentre, também, novos polos turístico, de cultura, de tecnologia digital e de negócios, com objetivos definidos, consolidando a sua posição de cidade atraente e de oportunidades.

A aprovação dessa proposta legal poderá ter também um longo alcance social pelo aumento de receita que poderá gerar com a instalação de projetos de impacto, como citei anteriormente, proporcionando muitos ganhos para a cidade. A instalação do novo polo aeroespacial de Alcântara, poderá ter suas atividades divididas com São Luís, pela sua liderança na hinterlândia e, também, pelo fato de as maiores demandas para a implantação desse centro de tecnologia no continente acabarem sendo aportadas em nossa cidade.

Com a falta da atualização do Plano Diretor, o impacto negativo é muito grande. Precisamos varrer os entraves que bloqueiam esse instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana de São Luís. Isso se faz necessário e é urgente. A vizinha cidade de São José de Ribamar, já aprovou o seu Plano Diretor na Câmara Municipal. Agora o município balneário trabalha a Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, para definir o uso urbanístico do seu território.

Nossa cidade precisa de vida, de uma economia forte e da transformação das suas grandes diferenças sociais. A boa cidade é aquela que atende as necessidades e as conveniências da comunidade. Não podemos compreender o que está acontecendo. Até porque todos têm muito a perder com esse atraso.

*Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA
Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI*